



Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L

FLS Nº

RUB

112

Laro

De: Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste

Para: Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste

Ref.: Solicitação de Parecer

Tema: Dispensa de Licitação Nº 031/2020 – Processo Administrativo de Licitação Nº 067/2020

Objeto: Aquisição de testes rápidos e EPIs para a Secretaria Municipal de Saúde, visando o combate e prevenção ao novo Coronavírus (COVID-19).

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico, solicitada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, solicitação esta realizada pelo Pregoeiro Sr. Eriks Matos da Silva, nomeado pela Portaria nº 126/2020 – publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 3.417, do ano XV, do dia 12 de fevereiro de 2.020.

O Parecer Jurídico consiste em procedimento de orientação formal e legal dos atos a serem praticados pela Administração Pública, quando solicitado por quem de Direito, não sendo impositivo, nem vinculativo, não obstante ser imperativo que todo ato administrativo deve observar os princípios basilares da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além das normas específicas de cada caso concreto.

Ancorado no fato de que em tese o **PARECER JURIDICO** nasce da observação do cumprimento dos princípios e normas do Direito Administrativo Público e, em cada caso concreto, da prática de todos os atos sucessivos desde a manifestação formal da necessidade do serviço ou produto pelo agente público competente para tal até homologação de todo o processo administrativo, é imperioso que tal **PARECER** seja emitido após a prática de todos os demais atos administrativos devidamente assinados, por quem de Direito, pois que estar-se-á exatamente a se observar quanto à formalidade e legalidade de todos os atos praticados.

O Processo Administrativo nº 067/2020 – Dispensa de Licitação nº 031/2020 teve início com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através de sua titular, a Sra. Elaine de Fátima Mors, nomeada através da Portaria nº 256/2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2.763, Ano XII, aos 04 de julho de 2.017. Seguiu-se a partir daí todas as medidas legais e administrativas aptas à formalização pelos agentes



competentes, quais sejam: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Coordenadoria de Compras, Coordenadoria de Contabilidade e Comissão de Licitação. Todos manifestaram-se formalmente nos termos requeridos e segundo suas competências, conforme consta nos autos deste Processo Administrativo, sendo que cabe a esta Assessoria Jurídica dispor acerca da legalidade do referido ato, o faz nos termos deste **PARECER**.

É o relatório. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando detidamente o procedimento licitatório *in comento*, verifica-se que fora observado todas as regras, e procedimentos próprios da Administração Pública, bem como os seus princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

No caso *in tela*, **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 031/2020**, verifica-se que trata de bens destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrente do COVID-19, onde, nos termos do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979¹, o procedimento licitatório é dispensável.

Cumprir anotar que, embora o procedimento licitatório seja dispensável, o mesmo deverá submeter-se ao procedimento administrativo regular para a aquisição destes, sendo necessária a adoção de alguns procedimentos.

Analisando o artigo 4º-E, § 1º, VI, da referida Lei, temos que se faz necessária a utilização de parâmetros para a realização da estimativa de preço, sendo que conforme o processo administrativo *in tela* fora perfeitamente observado.

Por conseguinte, não obstante tratar-se de dispensa de licitação embasado nos termos legais supracitados, nada obsta e se recomenda que seja formalizada e conste deste Processo Administrativo, a observância dos princípios da administração pública, da economicidade e eficiência, demonstrando que em qualquer modalidade de licitação sempre deve ser observado e se observa a melhor proposta e aquisição para o município.

Portanto, temos que a Dispensa de Licitação se faz medida necessária, haja vista a situação emergencial e calamitosa que todo o mundo vem enfrentando ante o cenário pandêmico da

¹ Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.



Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L
PLS Nº 114
RUB *Lave*

COVID-19, a qual fora editada a Lei Federal nº 13.979/2020, bem como a Medida Provisória nº 926/2020.

Os dispositivos legais acima citados foram editados para excepcionar as compras públicas para materiais correlacionados para o enfrentamento à COVID-19, autorizando, assim, a compra através de dispensa de licitação.

Ademais, cumpre anotar que o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 prevê a dispensa em caso de situação emergencial ou calamitosa.

Considerando que o objeto deste é formalizar e legalizar o procedimento para finalidade supracitada e conseqüente contratação e procedimentos para pagamento do objeto da dispensa, em análise formal e legal ratificamos todos os atos já praticados e opinamos pelo prosseguimento normal deste até a homologação.

OBSERVAÇÕES:

1 - OBS.: Não obstante quando da análise da documentação para formação deste Processo de Licitação, verificar-se a regularidade das proponentes e Certidões da empresa a ser contratada, tais Certidões não induzem necessariamente à regularidade para processo de pagamento, por conseguinte se faz necessário a observância da citada regularidade também nesta oportunidade.

2 -OBS.: Todos os pedidos que demandem licitação na modalidade dispensa nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, devem ser previamente analisados pela equipe de licitação ou quem de direito quanto à existência de alguma licitação em vigência com o mesmo objeto e, caso exista, deve ser excluído do pedido de licitação a ser processado pela equipe de licitação. Recomendamos ainda que no Processo de Dispensa de Licitação deverá constar para conhecimento dos proponentes que se e quando o objeto da Dispensa for objeto de outra modalidade de licitação posterior à Licença e o objeto desta ainda não estiver concluído, fica o saldo do objeto automaticamente absorvido pela Licitação posterior a partir de sua publicação, nos casos em que se verificar condição mais benéfica ao erário.

III - CONCLUSÃO

e-mail: prefeitura@santoantoniiodoleste.mt.gov.br



Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

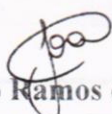
ADM. 2017 / 2020

PMSAL 115
PLS Nº
RUB

Pelo exposto, temos e havemos que o Processo Administrativo nº 067/2020 – Dispensa de Licitação nº 031/2020/PMSAL, em análise formal e legal dos procedimentos adotados, está apto para seguir-se os demais atos, até homologação e, após homologação, contratação e demais atos administrativos.

É O PARECER!

Santo de Antônio do Leste/MT, 25 de junho de 2.020


João Pedro Ramos de Oliveira
Procurador Jurídico
OAB/MT - 26851/O